



PREMIERE SERVIÇOS INTELIGENTES

Consultoria e Terceirização de Serviços Ltda ME

CNPJ Nº 01.588.672/0001-22

Ref.: Resposta ao Ofício nº 041/2016/LICITAÇÃO/COLIC/DILOG/SA/SEGOV-PR, referente ao Pregão Eletrônico nº 029/2016.

Brasília, 18 de novembro de 2016

A
Presidência da República
Secretaria de Governo
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação-Geral de Licitação e Contrato

Prezado Senhor Pregoeiro, seguem as seguintes explicações:

1. A Premiere Consultoria cotou na planilha de custos e formação de preços os tributos PIS e COFINS nos percentuais de 0,65% e 3%, respectivamente, apesar de ser o regime tributário de lucro real, no entanto com o advento das Leis nº 10.833/2003 e 10.637/2003, esta regra foi mitigada, devido às possibilidades dos descontos e/ou compensações, previstos na legislação tributária.

2. Em acervo doutrinário, é explicada a forma de recolhimento dos citados tributos:
[...]

No contexto da legislação acima transcrita, a proposta da Recorrida, no que se refere à cotação da alíquota da COFINS, observou a legislação aplicável à espécie, e, portanto, não há que se cogitar em nenhuma ofensa ao princípio da isonomia. (sem grifos no original)
Com base em Acórdão aqui não supramencionado, podemos ressaltar que caberá apenas à recorrida se responsabilizar pelos tributos PIS e COFINS, não tendo a Administração qualquer ônus no recolhimento a menor, posto que somente a empresa Recorrida, e declarada vencedora, é que terá que responder perante a Receita Federal na forma da lei, compensando a antecipação efetivada mediante a retenção na fonte, não cabendo ainda qualquer pedido posterior de reajuste ou reequilíbrio do contrato, sob alegação de omissão ou erro na alíquota dos tributos.

3. Veja, portanto, que a retenção dos tributos previstos em lei é efetivada de qualquer modo, com base nos valores constantes das notas fiscais, nas alíquotas especificamente determinadas. A Contratada é que deverá, ao final, prestar contas à Receita Federal na forma da lei, nos percentuais a que está obrigada, compensando a antecipação efetivada mediante a retenção na fonte.

4. Depreende-se não caber à Administração licitante se apegar a estas questões, porquanto o recolhimento de tributos é competência exclusiva da empresa participante, sendo que tais custos não são repassados à contratante. De mais a mais, independente dos percentuais de tributos cotados em planilha, a empresa terá que prestar contas diretamente à Receita Federal do Brasil ao final de cada exercício financeiro.

5. Destarte, considerando que os percentuais de tributos cotados pela Recorrida

Conf.



PREMIERE SERVIÇOS INTELIGENTES

Consultoria e Terceirização de Serviços Ltda ME

CNPJ Nº 01.588.672/0001-22

encontram-se em perfeita harmonia com o instrumento convocatório, IN 1.234/2012 da Receita Federal do Brasil, Leis 9.430/96, 10.637/2002, 10.833/2003 e jurisprudência mais atual do TCU, mais uma vez, não há se falar em violação aos princípios da isonomia e vinculação ao instrumento convocatório.

6. A empresa Premiere Consultoria, afirma ter apresentado contra – razão tempestiva com fundamentação jurídica robusta, de acordo com a legislação vigente e entendimento consentâneo do Tribunal de Contas da União, pertinentes a matéria. Cabe ressaltar que o i.pregoeiro procedeu com acerto e correição ao aceitar a proposta bem como classificar e habilitar a empresa Recorrida. Não restaram violados os princípios da legalidade, moralidade, vinculação ao instrumento convocatório e isonomia.

7. A interpretação sistemática e teleológica das leis, 9.430/96, 10.637/2002, 10.833/2003, bem assim, Instrução Normativa 1.234/2012 da Receita Federal do Brasil permite inferir que não houve violação ao princípio da isonomia nem vinculação ao instrumento convocatório. Aliás é bom que se diga que por estar a Administração inteiramente adstrita ao princípio da legalidade, não pode menosprezar as legislações correlatas que permeiam o certame, in casu, a legislação tributária. Nessa esteira, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, ao se pronunciar nos autos de Mandado de Segurança nº 1.0000.11.079604-2/000 consignou que:

[...]

Como bem expressou a interessada, o recolhimento de tributos pelo lucro presumido que ela pratica –**portanto nas alíquotas de 0,65% para PIS e 3,0 para o COFINS – tem amparo legal, muito embora sua renda anual bruta ultrapasse o quantum típico dessa modalidade de recolhimento.** Trata-se de autorização excepcional derivada da Lei Federal nº 9.718/98 c/c art. 4º da Lei Federal 9.964/2004, bem como Leis Federais 10.637/2002 e 10.833/2003. (grifos acrescidos)

Em Mandado de Segurança interposto perante a Justiça Federal, registrado sob o nº 51667-86.2012.4.01.3800, o Magistrado da 8ª Vara, ao denegar a segurança averbou que:

É certo que o Edital do Pregão, em seu Anexo III, módulo 5 (fls. 34), especifica que o valor dos tributos a compor os custos indiretos "é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento". Entretanto, não estabelece qualquer critério para definição da alíquota a ser aplicada, o que, portanto, está jungido à estimativa de cada licitante.

Logo, ainda que a empresa vencedora tivesse lançado tais tributos em sua menor previsão, com vistas a reduzir o preço final proposto, tal irregularidade não conduziria à desclassificação da empresa, visto não se tratar de violação a regras editalícias.

Ademais, o cálculo do tributo na forma como lançada pela empresa vencedora do certame não causa prejuízo à Administração Pública, uma vez que não poderá se valer do fato para pedir reajuste ou reequilíbrio do contrato. Com efeito, a proposta vincula a licitante no que tange a referidos encargos, em razão do contido na Cláusula 7.6.1 do Edital (fls. 36), que determina sejam eles incluídos no preço, conforme se constata do texto a seguir:

[...]

A previsão dos encargos tributários constantes da proposta vencedora tampouco a torna inexecutável ou inaceitável, pois não reduz substancialmente o valor do objeto licitado, mas, sim, conduz a uma oferta de menor preço, o que justamente se persegue com Pregão Eletrônico.

No tocante à questão tributária aventada, impende enfatizar que a conta dos custos tributários exige a análise de toda a legislação aplicável à empresa e ao contrato em espécie, e ainda que a



PREMIERE SERVIÇOS INTELIGENTES

Consultoria e Terceirização de Serviços Ltda ME

CNPJ Nº 01.588.672/0001-22

pessoa jurídica vencedora do certame esteja de fato sujeita ao recolhimento de tributos com base no lucro real, não é possível presumir o vício de sua proposta no que se refere aos percentuais de PIS e COFINS calculados à alíquota de 0,65% e 3,00%.

Com efeito, se de um lado a Lei 9.718/98 leva à apuração do PIS e COFINS com base no lucro real para empresas a partir do médio porte, é bem verdade que de outro ponto, as Leis 10.637/02 e 10.833/03 instituem o regime da não cumulatividade dessas contribuições.

Dessa sorte, embora tais normas elevem as alíquotas do PIS para 1,65% e COFINS para 7,60% aplicáveis na apuração do tributo sobre o lucro real, em contrapartida, concedem ao contribuintes certas isenções, exclusões e benefícios fiscais a ser creditados no ajuste contábil das contribuições.

Nesta perspectiva, forçoso reconhecer que a legislação possibilita a redução do impacto financeiro das contribuições ao PIS e COFINS. Em consequência, diminui o percentual efetivo que representam sobre o preço de produtos ou serviços do contribuinte, os quais serão efetivamente auferidos no final de cada exercício financeiro.

Portanto, não seria exigível da empresa vencedora que previsse o encargo tributário do PIS e Cofins no percentual de 1,65 e 7,60 sobre o preço dos serviços licitados.

De outra sorte, cumpre anotar que, conforme bem asseverou a empresa vencedora em suas contrarrazões ao recurso administrativo (fls. 78/83), nos casos de prestação de serviços às pessoas jurídicas de direito público, os valores relativos ao PIS e COFINS incidentes serão obrigatoriamente retidos pela fonte pagadora em percentual de 0,65% e 3,00%, respectivamente, conforme dispõe o art. 64 da Lei 9.430/96, c/c IN/RFB n.1.234/2012, verbis:

Lei 9.430/96 Art. 64. Os pagamentos efetuados por órgãos, autarquias e fundações da administração pública federal a pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços, estão sujeitos à incidência, na fonte, do imposto sobre a renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para seguridade social - COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP.

§ 1º A obrigação pela retenção é do órgão ou entidade que efetuar o pagamento.

§ 2º O valor retido, correspondente a cada tributo ou contribuição, será levado a crédito da respectiva conta de receita da União.

§ 3º O valor do imposto e das contribuições sociais retido será considerado como antecipação do que for devido pelo contribuinte em relação ao mesmo imposto e às mesmas contribuições.

§ 4º O valor retido correspondente ao imposto de renda e a Cada contribuição social somente poderá ser compensado com o que for devido em relação à mesma espécie de imposto ou contribuição.

(...)

§ 7º O valor da contribuição para a seguridade social - COFINS, a ser retido, será determinado mediante a aplicação da alíquota respectiva sobre o montante a ser pago.

§ 8º O valor da contribuição para o PIS/PASEP, a ser retido, será determinado mediante a aplicação da alíquota respectiva sobre o montante a ser pago.

IN 1234/2012

Art. 3º A retenção será efetuada aplicando-se, sobre o valor a ser pago, o percentual constante da coluna 06 do Anexo I a esta Instrução Normativa, que corresponde à soma das alíquotas das contribuições devidas e da alíquota do IR, determinada mediante a aplicação de 15% (quinze por

Carl



PREMIERE SERVIÇOS INTELIGENTES

Consultoria e Terceirização de Serviços Ltda ME

CNPJ Nº 01.588.672/0001-22

cento) sobre a base de cálculo estabelecida no art. 15 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, conforme a natureza do bem fornecido ou do serviço prestado.

(...)

§ 4º Os valores da COFINS e da Contribuição para o PIS/PASEP a serem retidos serão determinados, aplicando-se, sobre o montante a ser pago, respectivamente as alíquotas de 3% (três por cento) e 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento), exceto nas situações especificadas no art. 5º; no § 2º do art. 19; no parágrafo único do art. 20; nos §§ 1º e 2º do art. 21 e nos §§ 1º e 2º do art. 22.

§ 5º As alíquotas de que trata o § 4º aplicam-se, inclusive, nas hipóteses em que as receitas decorrentes do fornecimento de bens ou da prestação do serviço estejam sujeitas ao regime de apuração da não cumulatividade da COFINS e da Contribuição para o PIS/PASEP ou à tributação a alíquotas diferenciadas.

Destarte, não se pode negar ao contribuinte o direito de lançar alíquotas de 0,65% e 3,00% às contribuições ao PIS e COFINS nas propostas elaboradas para pregão eletrônico visando à prestação de serviços a entes públicos, já que tais percentuais são os que imediatamente incidem na hipótese, por meio de retenção na fonte pagadora.

Se outro percentual da contribuição advier à pessoa jurídica quando da apuração contábil do exercício financeiro e compensação da antecipação dos tributos, tal fato não altera a proposta e tampouco o encargo da Administração Pública, conforme já assentado. É ônus a ser suportado pela licitante e o fato não conduz ao reajuste do preço ou reequilíbrio contratual.

8. O princípio da legalidade não deve ser aplicado de maneira desmedida e irresponsável como quer a Recorrente. É incompatível com a ordem jurídica vigente a observância irrestrita à letra fria da lei divorciada dos princípios da razoabilidade, finalidade e proporcionalidade, porquanto tal prática pode ter efeitos desastrosos e sacrificantes aos bens tutelados pela própria Constituição. Diogo de Figueiredo Moreira Neto ao discorrer sobre a legalidade finalística acentua que:

...o princípio da legalidade implica a aplicação indefectível de normas que dão vida aos bons resultados, mas implica, outrossim, a impossibilidade de aplicar normas que deem vida a maus resultados, isto é, que sacrifiquem bens jurídicos delimitados e definidos, em contraste com aqueles mesmos bens objetivados pelo legislador ou com os protegidos pela Constituição escrita ou, ainda mais profundamente, da instituição republicana. (grifos acrescidos)

9. De resto, acreditamos que a proposta da Recorrida é que melhor atende aos desideratos da Administração Licitante, bem assim à finalidade insculpida nos artigos, 37, inc. XXI da CR/88, 3º, caput, da Lei 8.666/93, 5º do Decreto 5.450/2005.

Atenciosamente,


Roseli Costa
Gerente de Licitações
Premiere Serviços Inteligentes

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SÉCRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS
TRIBUTÁRIOS FEDERAIS

D C T F MENSAL - 3.3

CNPJ: 01.588.672/0001-22

Mês/Ano: AGO 2016

Dados Iniciais

Período: 01/08/2016 a 31/08/2016

Declaração Retificadora: NÃO

Situação: Normal

Empresa optante pelo Simples Nacional: NÃO

Qualificação da Pessoa Jurídica: PJ em Geral

Forma de Tributação do Lucro: Real Trimestral

PJ com débitos de SCP a serem declarados: NÃO

PJ optante pela CPRB: NÃO

Situação da PJ no mês da declaração: PJ não se enquadra em nenhuma das situações anteriores no mês da declaração

Critério de Reconhecimento das Variações Monetárias dos Direitos de Crédito e das Obrigações do Contribuinte, em Função da Taxa de Câmbio: Sem alteração do regime

Regime de Apuração da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins: Não-cumulativo

Dados Cadastrais do Estabelecimento Matriz

Nome Empresarial:

PREMIERE CONSULTORIA E TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA

Logradouro: SCS QUADRA 02 LOTE

Complemento: BLOCO C SALAS 506/507

Município: BRASILIA

CEP: 70330-902

Telefone: (61) 30335663

Caixa Postal:

UF:

CEP:

Número: 22
Bairro/Distrito: ASA SUL

UF: DF

Fax:

Correio Eletrônico: flavio.pedraazul@gmail.com